



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO**

Rua José Francisco de Souza, 04, Centro, Campo Redondo/RN CEP: 59230000 CNPJ: 08.358.723/0001-79

PROCESSO Nº. 402.001/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material elétrico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01					
Item	Objeto/Especificação Técnica	Un. de Medida	Quant.	V. Unit.	V. Total Estimado
01	CABO DUPLEX 10MM	M	500,00	9,67	4.835,00
02	CABO DUPLO 1,5	M	2.000,00	13,62	27.240,00
03	CABO DUPLO 2,5	M	1.500,00	6,99	10.485,00
04	CABO FLEX. PP 2X1,0MM	M	1.000,00	4,77	4.770,00
05	CABO FLEX. PP 3X2,5MM	M	1.000,00	8,33	8.330,00
06	CABO FLEX. PP 3X4,0MM	M	1.000,00	14,76	14.760,00
07	CABO FLEX. PP 2X1,5MM	M	1.000,00	9,71	9.710,00
08	CABO FLEX. PP 2X2,5MM	M	1.000,00	7,31	7.310,00
09	CABO FLEX. PP 2X4MM	M	1.000,00	9,09	9.090,00
10	CABO FLEX. PP 3X1,5MM	M	1.000,00	7,08	7.080,00
11	CABO MULTICOMPLEXADO EM ALUMÍNIO 10MM	M	500,00	9,60	4.800,00
12	CABO MULTICOMPLEXADO EM ALUMÍNIO 16MM	M	500,00	9,00	4.500,00
13	CABO PLÁSTICO FLEX. 1,5MM ROLO COM 100M	UND	10,00	95,92	959,20
14	CABO PLÁSTICO FLEX. 2,5MM ROLO COM 100M	UND	10,00	176,67	1.766,70
15	CABO PLÁSTICO FLEX. 4,00MM	M	1.000,00	2,80	2.800,00
16	CABO PLÁSTICO FLEX. 6,00MM	UND	500,00	25,43	12.715,00
17	CABO PP 10MM	M	1.000,00	41,17	41.170,00
18	CABO PP TRIFÁSICO 10MM	M	500,00	30,07	15.035,00
19	CABO PP TRIFÁSICO 6MM	M	500,00	17,62	8.810,00
20	CABO QUADRUPLEX 10MM	M	500,00	10,84	5.420,00
21	CABO QUADRUPLEX 16MM	M	500,00	10,65	5.325,00
22	CABO TRIPLEX 16MM	M	500,00	13,35	6.675,00
23	CAIXA DE MEDIÇÃO MONOFÁSICA	UND	30,00	102,76	3.082,80
24	CAIXA DE MEDIÇÃO TRIFÁSICA	UND	30,00	483,26	14.497,80
25	CAIXA LUZ 4X2 PLÁSTICA	UND	100,00	1,50	150,00
26	CAIXA LUZ 4X4 PLÁSTICA	UND	100,00	13,35	1.335,00
27	CANALETA COM FITA ADESIVA 2MT	UND	100,00	8,09	809,00
28	CANALETA PVC PERFURADA 20X20	UND	20,00	23,41	468,20

29	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 12 A 16 DISJUNTORES COM BARRAMENTO	UND	10,00	147,58	1.475,80
30	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 3 A 4 DISJUNTORES	UND	10,00	22,00	220,00
31	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 6 A 8 DISJUNTORES COM BARRAMENTO	UND	10,00	31,39	313,90
32	DISJUNTOR MONOFÁSICO 10A	UND	15,00	11,50	172,50
33	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32A	UND	15,00	13,42	201,30
34	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A	UND	30,00	21,00	630,00
35	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50A	UND	20,00	24,00	480,00
36	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A	UND	10,00	163,57	1.635,70
37	ELETRODUTO CORRUGADO 25 (CONDUITE)	M	1.500,00	65,18	97.770,00
38	ELETRODUTO CORRUGADO 32 (CONDUITE)	UND	1.500,00	86,20	129.300,00
39	EXTENSÃO 2P+T 3MT	UND	20,00	47,67	953,40
40	EXTENSÃO 2P+T 5MT	UND	20,00	36,28	725,60
41	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS	UND	30,00	32,41	972,30
42	FIO FLEXÍVEL PARALELO 2X1.5MM	M	1.000,00	3,93	3.930,00
43	FIO FLEXÍVEL PARALELO 2X2.5MM	M	1.000,00	3,76	3.760,00
44	FIO FLEXÍVEL PARALELO 2X4.0MM	M	1.000,00	8,32	8.320,00
45	QUADRO 6 DISJUNTORES	UND	30,00	105,47	3.164,10
46	CABEÇOTE 1" DE ALUMÍNIO	UND	20,00	5,58	111,60
47	CABEÇOTE 1" 1/2 DE ALUMÍNIO	UND	20,00	5,97	119,40
48	CABEÇOTE 3/4 DE ALUMÍNIO	UND	20,00	5,53	110,60
VALOR TOTAL DO GRUPO 01					R\$ 488.294,90

GRUPO 02					
Item	Objeto/Especificação Técnica	Un. de Medida	Quant.	V. Unit.	V. Total Estimado
01	ALÇA PREFORMADA 10MM	UND	30,00	3,07	92,10
02	ALÇA PREFORMADA 16MM	UND	30,00	13,42	402,60
03	ALÇA PREFORMADA 25MM	UND	20,00	8,30	166,00
04	ARRUELA ALUMÍNIO 3/4	UND	20,00	3,61	72,20
05	ARRUELA QUADRADA	UND	70,00	2,97	207,90
06	BASE PARA RELÉ FOTELÉTRICO	UND	400,00	18,63	7.452,00
07	BRAÇO RETO LEVE 25,4MM X 0,75MM X 1000MM	UND	250,00	88,19	22.047,50
08	CHAVE DE ILUMINAÇÃO 30 AMP	UND	5,00	175,57	877,85
09	CHAVE DE ILUMINAÇÃO 60 AMP	UND	5,00	191,23	956,15
10	CONECTOR PERFURAÇÃO CDP 70	UND	500,00	10,84	5.420,00
11	CONECTOR PERFURAÇÃO CDP 95	UND	500,00	24,27	12.135,00
12	PARAFUSO PARA POSTE 12X300	UND	60,00	22,00	1.320,00
13	PARAFUSO PARA POSTE 12X250	UND	60,00	21,80	1.308,00
14	RELÉ FOTOELÉTRICO NF	UND	500,00	32,82	16.410,00
15	FITA ANTICHAMAS	UND	30,00	51,33	1.539,90
16	FITA AUTO FUSÃO 10M	UND	20,00	28,99	579,80
17	FITA AUTO FUSÃO 5MT	PEÇA	10,00	26,59	265,90
18	FITA DE AÇO 3/4 INOXIDÁVEL	M	70,00	6,07	424,90
19	LUMINÁRIA ABERTA SOQUETE E-27	UND	300,00	110,38	33.114,00
20	LUMINÁRIA PÚBLICA PÉTALA 150W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS PARA POSTA DE RUA	UND	50,00	265,24	13.262,00

21	LUMINÁRIA PÚBLICA PÉTALA 200W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS PARA POSTA DE RUA	UND	50,00	384,67	19.233,50
22	LUMINÁRIA PÚBLICA PÉTALA 100W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS PARA POSTA DE RUA	UND	50,00	221,98	11.099,00
23	REFLETOR LED 30W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS	UND	30,00	59,65	1.789,50
24	REFLETOR LED 50W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS	UND	30,00	88,16	2.644,80
25	REFLETOR LED 100W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS	UND	30,00	94,52	2.835,60
26	REFLETOR LED 150W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS	UND	30,00	123,13	3.693,90
27	REFLETOR LED 200W BRANCO FRIO 650K VIDA ÚTIL COM 50.000 HORAS	UND	30,00	208,53	6.255,90
28	LÂMPADA LED BULBO 30W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL	UND	500,00	25,26	12.630,00
29	LÂMPADA LED BULBO 40W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL	UND	500,00	44,30	22.150,00
30	LÂMPADA LED BULBO 50W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL	UND	100,00	53,08	5.308,00
31	LÂMPADA LED BULBO 75W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL	UND	100,00	104,67	10.467,00
32	LÂMPADA LED BULBO 100W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL	UND	50,00	128,67	6.433,50
VALOR TOTAL DO GRUPO 02					R\$ 222.594,50

GRUPO 03					
Item	Objeto/Especificação Técnica	Un. de Medida	Quant.	V. Unit.	V. Total Estimado
01	FITA ISOLANTE 20M.	UND	50,00	9,52	476,00
02	HASTE DE ATERRAMENTO	UND	20,00	41,71	834,20
03	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA SOBREPOR	UND	50,00	10,17	508,50
04	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA EMBUTIR	UND	50,00	12,10	605,00
05	INTERRUPTOR 1 TECLA EMBUTIR	UND	50,00	16,79	839,50
06	INTERRUPTOR 1 TECLA SOBREPOR	UND	50,00	19,82	991,00
07	INTERRUPTOR 2 TECLAS COM TOMADA SOBREPOR	UND	50,00	18,57	928,50
08	INTERRUPTOR 2 TECLAS COM TOMADA EMBUTIR	UND	50,00	16,81	840,50
09	LÂMPADA LED BULBO 9W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL	UND	100,00	9,03	903,00
10	LÂMPADA LED BULBO 20W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL	UND	300,00	21,84	6.552,00
11	TOMADA 2P+T 10A EMBUTIR	UND	50,00	23,39	1.169,50

12	TOMADA 2P+T 10A EXTERNA	UND	50,00	13,42	671,00
13	TOMADA DUPLA 2P+T EMBUTIR	UND	50,00	26,75	1.337,50
14	ABRAÇADEIRA DE NYLON 200X3,6 PT	UND	200,00	22,49	4.498,00
15	PAINEL DE LED EMBUTIR 18W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL 22X22	UND	40,00	42,66	1.706,40
16	PAINEL DE LED EMBUTIR 24W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL 30X30	UND	40,00	70,20	2.808,00
17	PAINEL DE LED EMBUTIR 36W BRANCO FRIO 6.500K 25.000 HORAS DE VIDA ÚTIL 40X40	UND	40,00	116,87	4.674,80
18	PLAFON	UND	500,00	16,39	8.195,00
19	SOQUETE COM RABICHO E-27	UND	150,00	6,31	946,50
20	SOQUETE PORCELANA E-27	UND	50,00	7,84	392,00
21	BOMBA PERIFÉRICA 1/2CV MONOFÁSICA 220V	UND	10,00	367,46	3.674,60
22	BOMBA PERIFÉRICA 1/CV MONOFÁSICA 220V	UND	10,00	550,80	5.508,00
23	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA POÇO ARTESIANO MONOFÁSICO 1/2 CV	UND	30,00	969,40	29.082,00
24	RELÉ DE NÍVEL PARA POÇO ARTESIANO MONOFÁSICO	UND	30,00	254,79	7.643,70
VALOR TOTAL DO GRUPO 03					R\$ 85.785,20

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) MESES, contados da data da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº. 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 796.674,60 (setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. A necessidade da contratação, encontra-se pormenorizada nos autos, e de forma abreviada, busca atender a futura aquisição de material elétrico, que será utilizada na manutenção dos prédios públicos e da iluminação pública.

2.3. Registre-se, que o Município não formalizou Plano de Contratações Anual – PCA, para este exercício.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Adquirir de material elétrico, para a Prefeitura do Município de Campo Redondo/RN.

3.2. Entregar os bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

3.3. A demanda possui quantitativo estimado, sendo adequado a licitação para registro de preços.

3.4. O Regime de execução, aplica-se a reunião em grupo, favorecendo a economia de escala.

3.4.1. Possivelmente, haverá uma perda de economia de escala. Se a licitação for realizada por itens, cada licitante irá propor, para cada item, um custo referente a entrega daquele determinado bem, ao passo que se o licitante obtiver a adjudicação de vários itens agrupados, tais custos serão sensivelmente diluídos, posto que suportados por apenas um licitante, qual seja, aquele que se sagrar vencedor do certame.

3.4.2. Além disso, merecem destaque os riscos inerentes à própria execução, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente executado, tendo em vista possíveis problemas nas relações jurídicas mantidas com diversos contratados, além de possíveis incompatibilidades entre eles.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não serão aceitas qualquer defeito que possa comprometer a qualidade do produto (nos casos em que couber).

4.2. A proponente vencedora é responsável pela qualidade dos produtos ofertados.

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.

4.5. Não haverá exigência de amostras, tendo em vista que envolve fornecimento baixa escala e complexidade.

4.6. A contratada deverá observar as seguintes exigências:

- Conformidade com Normas Técnicas: Todos os materiais elétricos devem estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentos aplicáveis, garantindo que atendam aos padrões de segurança e desempenho exigidos;

- Certificações de Qualidade: Priorize fornecedores que ofereçam materiais elétricos certificados por órgãos reconhecidos, como ISO, INMETRO, UL, entre outros, assegurando a qualidade e confiabilidade dos produtos;

- Durabilidade e Resistência: Os materiais elétricos devem ser duráveis e resistentes o suficiente para suportar as condições ambientais e operacionais dos prédios públicos e das áreas de iluminação pública, garantindo uma vida útil prolongada e reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

Eficiência Energética: Dê preferência a materiais elétricos que sejam energeticamente eficientes, contribuindo para a redução do consumo de energia e os custos operacionais a longo prazo, além de promover práticas sustentáveis.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 08 (OITO) DIAS CORRIDOS, contados do recebimento da Ordem de Compra.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (DOIS) DIAS CORRIDOS de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal do Requisitante, dentro da extensão territorial do Município de Campo Redondo/RN.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (DOIS) DIAS CORRIDOS, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (DOIS) DIAS CORRIDO, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 08 (OITO) DIAS CORRIDOS, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o Item 5.6, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº. 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, caput).

6.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº. 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº. 14.133/2021, art. 121, caput).

6.3.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº. 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.4. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização da seleção da proposta de “**MENOR PREÇO POR GRUPO**”, devendo apresentar a seguinte documentação de habilitação:

7.3. Habilitação Jurídica:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; ou

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; ou

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764/1971.

7.3.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.4. **Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** e quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO MUNICÍPIO** do domicílio ou sede do licitante;

f) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST;

7.5. **Habilitação Técnica:**

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.6. Outros Requisitos de Habilitação:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: 02.011 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.
Ação: 2085 - Manut. das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.
Natureza da Despesa: 3.3.90.30– Material de Consumo.
Fonte: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Unidade Orçamentária: 02.011 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.
Ação: 1035 - Manutenção e Ampliação da Rede Pública de Energia.
Natureza da Despesa: 3.3.90.30– Material de Consumo.
Fonte: 17510000 - Recursos da contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

9.2.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência.

9.4. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

9.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

9.6.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

9.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

9.9.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado seja fiscal ou trabalhista, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.9.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.9.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato;

10.5. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;

11.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

11.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº. 14.133/2021.

12. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

12.1. Fica garantido a Contratada, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº. 14.133/2023.

Campo Redondo/RN, 03 de maio de 2024.

HEITOR DE LIMA SOUZA
Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação